



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2017
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

PROCESSOS Nº 48340.005991/2017-49

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, por intermédio do acesso à página do www.comprasnet.gov.br ou www.mme.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do e-mail: licitacao@mme.gov.br.

TELEFONES – (xx61) 2032-5630 – 2032-5957 – 2032-5554

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2017-MME
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- 01 – DO OBJETO**
- 02 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 03 – DO CREDENCIAMENTO**
- 04 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
- 05 – DO ENVIO DA PROPOSTA**
- 06 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 07 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 08 – DA HABILITAÇÃO**
- 09 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 11 – DOS RECURSOS**
- 12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 13 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**
- 14 – DO PREÇO**
- 15 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 16 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 17 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 18 – DO FATURAMENTO**
- 19 – DO PAGAMENTO**
- 20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 23 – DO FORO**

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

- I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**
- III - MODELO DE DECLARAÇÕES**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2017
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
(Processo Administrativo nº 48340.005991/2017-49)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União representada pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado (a) Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446-Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa/MP nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da sessão: **27/12/2017**

Horário: **10:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, **o horário de Brasília – DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **equipamentos médicos e de enfermagem** para utilização na Unidade do Serviço Médico do Ministério de Minas e Energia localizado na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será composta de 09 (nove) itens conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se o licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017 na classificação:
Ação 2000; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Natureza de Despesa: 44.90.52

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. A participação neste Pregão é **exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados nos itens abaixo:
 - 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.4 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação
 - 4.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, nos termos da Lei nº 6.404/76, possui características de associação temporária entre empresas sem personalidade jurídica própria, vez que o objeto do pregão não envolve serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade.
 - 4.2.6 cooperativas, nos termos da Súmula nº 281-TCU, de 11/07/2012.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
 - 4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.4. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



- 4.4.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.2 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.3 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.4 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.5.1 **Valor unitário e valor total do item;**
 - 5.5.2 **Modelo;**
 - 5.5.3 **Prazo de garantia;**
 - 5.5.4 **Marca;**
 - 5.5.5 **Fabricante;**
 - 5.5.6 **Descrição detalhada do objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital indicando o prazo de garantia dos equipamentos e materiais.**
 - 5.5.7 Será desclassificada a proposta que omitir esses dados ou a eles acrescentar expressões como “referência” ou “similar” e “conforme nossa disponibilidade de estoque”
- 5.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais.



- 5.8 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (Sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.7.2 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
- 6.7.3 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14 Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2 O julgamento das propostas será realizado pelo **MENOR VALOR TOTAL DO ITEM**, sendo aceitas somente duas casas decimais, como o valor unitário exato (sem dízimas)
- 7.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.4 Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
- 7.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.8 **O Pregoeiro convocará o licitante, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *chat*, o prazo máximo de 03 (três) horas a contar da solicitação,**



para enviar a documentação de habilitação e a proposta ajustada ao seu lance final pelo e-mail: licitacao@mme.gov.br

- 7.8.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 7.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2** O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista segundo o disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 8.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **03 (três) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.3** Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista.
- 8.4 Habilitação Jurídica:**
- 8.4.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.4.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.4.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- 8.4.6 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



8.4.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6 Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF** no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1 certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



8.6.4 As licitantes deverão, ainda, complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.6.4.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

8.6.4.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.7 Relativa à Qualificação Técnica

8.7.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1.1 **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoas(s) Jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha fornecido, ou esteja fornecendo, **equipamentos médicos e de enfermagem** compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme especificações constantes no **Anexo I** deste Edital.

8.8 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9 As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens **8.4** e **8.5** estando todas obrigadas, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:

- a) **Declaração que inexistente fato superveniente impeditivo** da habilitação, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com o modelo do Anexo III deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
- b) **Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do Anexo III deste Edital;
- c) **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º



e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do Anexo III deste Edital.

- d) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de acordo com o modelo do Anexo III deste Edital;
- e) **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do Anexo III deste Edital;
- f) **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.10 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), **no prazo de 03 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico**. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@mme.gov.br, posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.10.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



- 8.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat* ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor, juntamente com os documentos exigidos para habilitação, **deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo máximo de 03 (três) dias, para o Ministério de Minas e Energia, Coordenação de Licitações e Compras, Sala 446 – Esplanada dos Ministérios Bloco “U” – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 - a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**
- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 apresentar a proposta, devidamente ajustada ao lance vencedor ou ao valor negociado, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.



- 10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 13.1 Após a homologação da licitação, a licitante vencedora receberá a Nota de Empenho de Despesa/NE, pelo endereço eletrônico ou e-mail, fornecido na Proposta de preços e de acordo com o Item 10 deste Edital, e conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “*on line*” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados-CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 13.3 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 13.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 13.5 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO PREÇO

- 14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 16.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

18. DO FATURAMENTO

- 18.1 O objeto desta contratação será faturado para a Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, situada à Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, Brasília/DF, CEP 70.065-900, CNPJ 37.115.383/0005-87.
- 18.2 O nº do CNPJ constante no documento de cobrança deverá ser o mesmo constante na Nota de Empenho, sendo que nesta constará o nº do CNPJ informado na proposta comercial.



19 DO PAGAMENTO

- 19.1 O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de **até 30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa do fornecimento dos materiais a contar da sua entrega, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, por meio de Ordem Bancária, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.
- 19.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 8.666, de 1993.
- 19.3 A apresentação da Nota Fiscal/fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquele se referir.
- 19.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 19.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 19.6 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 19.6.1 não produziu os resultados acordados;
 - 19.6.2 deixou de executar os serviços contratados, ou não os executou com a qualidade mínima exigida;
 - 19.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.9 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 19.10 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize



sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.14.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 apresentar documentação falsa;

20.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 não mantiver a proposta;

20.1.6 cometer fraude fiscal;

20.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre



os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do (s) item (ns) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

20.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

20.4. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art.28 do Decreto nº 5.450/2005, **na fase licitatória, a empresa participante** está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:

a) Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**

b) Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;

c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**

d) Não manter a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**

e) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

e1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.5 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) multa moratória diária de **0,5%** (meio por cento) sobre o valor do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de atraso na entrega dos produtos, até o limite de 30 (trinta) dias;

c) multa compensatória diária de **0,5%** (meio por cento) sobre o valor do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de descumprimento na execução das especificações estabelecidas no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;

d) multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor do item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de descumprimento do prazo de substituição dos produtos que apresentarem desconformidades/defeitos conforme estabelecido nas obrigações da Contratada estabelecidas no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;



- e) multa compensatória de **10%** (dez por cento) do valor total da Nota de Empenho, quando o MME tiver que realizar novo procedimento licitatório para suprir a recusa na execução do objeto por parte da empresa vencedora;
 - f) multa compensatória de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/NE no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
 - g) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores,
 - i) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos.
- 20.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 20.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 20.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.8 O (s) valor (es) da (s) multa (s) poderá (ao) ser descontado (s) do pagamento devido à Contratada ou ser recolhido (s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
- 20.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mme.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações
- 21.2.1 **Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).**
- 21.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório, serão disponibilizadas no sistema eletrônico e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



- 22.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.9 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão dirimidas pela Coordenação de Licitação e/ou pela Unidade da Área Médica/CGRH, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 4º andar, sala 446, fone (061) 2032-5566 – 2032-5630 – 2032-5554, ou 1º andar, Área Médica, fone (061) 2032-5553, respectivamente, Brasília/DF.
- 22.10 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme disposto do art. 65, no § 1º da Lei nº 8.666/93.
- 22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.mme.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF- CEP 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1 ANEXO I – Termo de Referência
 - 22.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
 - 22.12.3 ANEXO III – Modelo de Declarações

23 DO FORO

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 13 de dezembro de 2017.

Raimunda Alves de Sousa Oliveira
Pregoeira/MME



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de **equipamentos médicos e de enfermagem** para utilização na Unidade do Serviço Médico do Ministério de Minas e Energia, localizada no edifício sede, Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 1º andar/Ala Norte, em Brasília/DF, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições, quantidades e exigências estabelecidas constantes neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.
01	Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço - Realiza leituras da pressão arterial sistólica (máxima), diastólica (mínima) e de pulso na mesma tela. Com braçadeira ergonômica fácil de vestir e ajustar, de fácil regulagem, que se adapta ao contorno do braço (para braços de 22cm a 32 cm de circunferência) e que tenha indicador de colocação correta de braçadeira. O aparelho deve permitir adaptação de braçadeira para obesos; permitir o controle da inflação ao nível ideal, proporcionando uma medição mais confortável e precisa; armazenamento de resultados das últimas 30 ou 60 medições com data e hora. Possuir detector de batimentos cardíacos irregulares, ou seja, detectar arritmia cardíaca. Possuir detector de movimento corporal. A insuflação e deflação de ar deve ser eficiente e automática. O tamanho do display grande com visor digital, LCD de fácil visualização. Com desligamento automático 1 min após a última operação. Que funcione com pilhas ou que possa ser utilizado com adaptador para corrente elétrica. Que tenha indicador de carga de bateria. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.	UNID.	01
02	Braçadeira para obesos para Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço. Deve ser compatível com o aparelho que for ofertado (item 1). Tamanho ideal para braços que tenham de 32cm a 42 cm de circunferência. Uso adulto e obeso.	UNID.	01
03	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneroide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon resistente, flexível e antialérgico com	UNID.	04



	fecho de botão em METAL (PINO de METAL). Registra duas medidas de pressão arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). Medida do manguito: 12,0 x 22,5cm; o manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 52,0 x 14,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.		
04	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto OBESO - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneroide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon resistente, flexível e antialérgico com fecho de VELCRO. Registra duas medidas de pressão arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). O manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 68,0 x 18,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.	UNID.	01
05	Estetoscópio DUPLO - Com estrutura em metal cromado e polido para maior durabilidade e desinfecção. Auscultador de dois lados com diafragmas ajustáveis em ambos os lados, para uso adulto e pediátrico. Diafragma de peça única, com superfície lisa e sem fendas, que permita facilidade ao colocar e limpar. Com tubo biauricular, mais resistente à oleosidade da pele e álcool. Com hastes de aço inoxidável mais maleáveis, que ajuda a complementar a anatomia normal do canal auditivo, projetadas para fornecer um ajuste confortável e um selamento acústico superior. Olivas macias e de selamento suave. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 5 anos.	UNID.	04
06	Carro para Eletrocardiógrafo ECG com 2 Prateleiras. Carro para ECG com 2 Prateleiras, com suporte de cabos e rodinhas, para facilitar o deslocamento do mesmo. Deve ser fabricado em aço carbono, com pintura branca em epóxi que garante impermeabilização total da superfície, facilitando a limpeza. Que	UNID.	01



	tenha alta resistência e estabilidade, garantindo qualidade e durabilidade.		
07	<p>Eletrocardiógrafo 12 Canais – ECG e Monitor Colorido. Eletrocardiógrafo de 12 canais e 12 derivações simultâneas com laudo interpretativo, baseado no avançado código de classificação Minnesota de classificação de arritmias. Aquisição simultânea de 12 derivações e fácil operação. Visualização do monitor em tempo real. Vários formatos de impressão: 1 canal, 3 canais, 6 canais e 12 canais. Velocidade de impressão: 12.5mm/s, 25mm/s, 50mm/s. Detecção de cabo desconectado, eletrodo desconectado e marca passo. Que disponibilize as informações: sensibilidade, velocidade, filtro, frequência cardíaca, formato de impressão, derivação de ritmo, ID, data; identificação, nome, idade, sexo, altura, peso, raça do paciente. Medidas básicas, como: frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS, QT/QTc e eixos P-R-T. Com impressora térmica integrada de alta resolução e impressão em papel termo-sensível milimetrado. Autonomia de bateria: aproximadamente 100 impressões de exames no modo automático. Possuir função de cópia para permitir várias impressões de um único paciente, em diferentes configurações. Com operação no modo automático e/ou no modo manual, com impressão imediata das dozes derivações. Deverá possuir taxa de amostragem de no mínimo 500 amostras/segundo. Permitir a visualização das doze derivações de ECG na tela de LCD colorido, em tempo real, antes de imprimir. Com alimentação por Energia Elétrica doméstica e/ou Bateria interna recarregável; com duração da bateria carregada, acima de 3 horas. Deve possuir entrada flutuante, e ser isolado e protegido contra desfibrilação. Possuir cabo com 10 vias, luzes de indicação de energia. Com peso aproximado de 3,5 kg. Deve ser entregue com um Cabo Paciente de 10 Vias; Papel termo sensível compatível com o aparelho; Tubo de gel para ECG; Conjunto de quatro cliques de membros reutilizáveis padrão IEC adulto; Conjunto de seis eletrodos de sucção reutilizáveis precordiais; Cabo de força padrão NBR 14136, rede elétrica automática 110 e 220 volts; manual de Operação em Português; Bateria interna recarregável 12V. Garantia de no mínimo 02 (dois) anos. Possuir registro junto a ANVISA.</p>	UNID.	01
08	<p>Papel Termossensível p/ECG. Compatível com eletrocardiógrafo de 12 canais.</p>	ROLO	20
09	<p>Oxímetro de Pulso/Mesa Portátil (SpO2). O Oxímetro de Pulso de Dedo Portátil (SpO2) é um dispositivo inovador com recursos contínuos e não invasivos para detecção da saturação de oxigênio no sangue (SP02) e da frequência cardíaca. Capaz de aferir os valores da SP02 e FC de forma rápida e precisa. Visor</p>	UNID.	01



	<p>de LCD colorido de alta resolução. Atende crianças e adultos. Sistema de anti-interferência a movimentos. Configurações de alarmes e bip de frequência. Alarme de alta e baixa frequência de pulso. Alarme de alta e baixa SpO2. Com tela rotacional, que permite visualização na vertical ou horizontal. Alimentação bivolt automático, bateria interna recarregável com autonomia de 20 horas e carregador integrado ao equipamento, com indicação de bateria fraca. Desligamento automático após 08 segundos sem utilização. Deve ser entregue: 01 Oxímetro; 01 sensor adulto tipo clip; 01 Cordão de pescoço; 01 cabo sensor de Oximetria; 01 cabo de energia; 01 Manual de instruções em português. Com registro na ANVISA. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 01 (um) ano.</p>		
--	---	--	--

2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Esta contratação tem por objetivo a aquisição dos referidos equipamentos para fins de atendimento aos servidores do Ministério de Minas e Energia.
- 2.2. Os aparelhos de Pressão Arterial (Esfignomanômetro) aneroides necessitam de manutenção anual, para que se possa calibra-los. Em agosto de 2016 foi solicitado a contratação de empresa especializada na manutenção corretiva para os referidos aparelhos, porém o serviço não foi executado, pois os valores apresentados nas propostas foram superiores ao valor do bem patrimonial.
- 2.3. O Aparelho de Pressão Arterial Digital automático de braço em funcionamento no Serviço de Saúde está em uso desde 2014 e vem apresentando problemas de enchimento do manguito, e da mesma dos aparelhos de pressão arterial aneróide, não pode ser realizado a manutenção preventiva solicitada em agosto de 2016, pois os valores apresentados estavam superiores ao valor do bem patrimonial.
- 2.4. De acordo com as portarias do Inmetro nº 153, de 12 de agosto de 2005 e nº 096 de 20 de março de 2008, é obrigatória a verificação dos aparelhos de pressão arterial uma vez ao ano por um órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I). A verificação periódica dos equipamentos deve ser realizada anualmente, ou a verificação eventual deve ser realizada após o reparo ou manutenção mediante solicitação do detentor do instrumento.
- 2.5. O último Eletrocardiógrafo (Aparelho para fazer Eletrocardiograma) foi adquirido em 2006 e está em uso até a presente data, porém existem no mercado aparelhos mais modernos e mais eficazes, que apresentam Laudo interpretativo baseado no avançado código Minnesota de Classificação de Arritmias, possibilitando assim um melhor e mais preciso diagnóstico.
- 2.6. O último Oxímetro de Pulso foi adquirido em 2011, e está sendo utilizado pelo cardiologista do Serviço Médico do Ministério. Como os atendimentos são diários e realizados por dois



médicos, um cardiologista e um clínico, necessitamos de mais um aparelho para que possa ser utilizado pelos dois profissionais.

- 2.7. O Serviço Médico atende diariamente uma média de 20 (vinte) pacientes, que necessitam de utilização dos referidos materiais.
- 2.8. É sabido que este Ministério não dispõe de cargos técnicos em seu quadro de pessoal, ou seja, inexistem profissionais especializados e capacitados tecnicamente para as atividades de manutenção corretiva, dos equipamentos existentes no âmbito deste Órgão, sendo necessária a terceirização dos serviços. Tal solicitação, de manutenção corretiva dos equipamentos, foi solicitada em agosto de 2016, mas alguns itens não foram contemplados pois o valor das propostas ultrapassaram o valor do bem patrimonial. Sendo assim, ratifica-se a extrema necessidade da aquisição dos bens em questão, a fim de que o serviço médico e de enfermagem funcione com o máximo de excelência, na busca do melhor atendimento aos usuários
- 2.9. A Administração, por meio da presente contratação, espera, dentre outros benefícios, a melhoria no atendimento aos usuários, com aumento na produtividade, e assim evitar interrupções e/ou descontinuidade do serviço nos tratamentos aos servidores, bem como possíveis prejuízos. Os referidos equipamentos são necessários e indispensáveis para oferecermos aos Servidores deste Ministério atendimento médico e de enfermagem, proporcionando melhoria na sua saúde de uma forma geral.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. O serviço a ser licitado é comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único, do art.1º da Lei 10.520, de 2002.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 4.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste Termo de Referência será recebido da seguinte forma:
 - 4.1.1. Provisoriamente após o recebimento da Nota de Empenho, por servidor legalmente nomeado;
 - 4.1.2. Definitivamente: em até 30 (trinta) dias corridos, por servidor legalmente nomeado.
- 4.2. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos se encontram com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.



- 4.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo representante legal nomeado, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações do contratante:

- 5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto por meio de servidor especialmente designado para esse fim, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93;
- 5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na sua proposta;
- 5.1.3. Proporcionar à contratada as facilidades e instruções necessárias para entrega dos produtos, assegurando, ainda, o acesso às dependências do Ministério de Minas e Energia, respeitado as normas de segurança interna;
- 5.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou de fiscalização;
- 5.1.5. Notificar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído;
- 5.1.6. Promover o acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada por escrito, toda e qualquer ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas com a execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 5.1.7. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual;
- 5.1.8. Fiscalizar a vedação de que familiar de agente público presta serviços no órgão federal ou entidades em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 14 de junho 2010.
- 5.1.9. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- 5.1.10. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais adotando as providências necessárias para o fiel cumprimento das obrigações assumidas;



- 5.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.12. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e na Nota de Empenho, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
- 5.1.13. Rejeitar as propostas cujas especificações dos produtos não atendam aos requisitos mínimos constantes do objeto deste Termo de Referência e solicitar a sua imediata substituição;
- 5.1.14. Aprovar a proposta que atender as especificações de acordo com o exigido neste Termo de Referência;
- 5.1.15. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pelo fornecedor;
- 5.1.16. Comunicar o fornecedor, se a qualquer tempo, durante a garantia dos equipamentos, for comprovada discrepância com as descrições exigidas neste Termo de Referência, o qual deverá proceder à imediata substituição do produto danificado;
- 5.1.17. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referências;
- 5.1.18. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.19. Efetuar o pagamento à Contratada, dentro das normas e condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, bem como o recolhimento dos encargos sociais, antes de efetuar o pagamento.
- 5.1.20. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa vencedora do certame licitatório após a entrega total dos produtos;
- 5.1.21. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor;
- 5.1.22. Providenciar em tempo hábil, por intermédio da Coordenação Geral de Compras e Contratos, e na impossibilidade desta por unidade administrativa superior, as decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do servidor legalmente designado para recebimento do objeto;



- 5.1.23. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com art.36, §8 da IN SLTI/MPOG N° 02/2008;
- 5.1.24. Informar à CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 5.1.25. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.26. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto;
- 5.1.27. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Constituem obrigações específicas da Contratada, sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis, a este Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, os critérios de sustentabilidade ambiental, bem como, todas as orientações do Ministério de Minas e Energia - MME:
 - 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, rigorosamente no prazo e de acordo com as especificações e local constantes neste Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.2. Entregar os produtos no prazo estabelecido na sua totalidade e de uma única vez;
 - 6.1.3. Substituir no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, os produtos que forem recusados por desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência;
 - 6.1.4. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto deste Termo de Referência, nem os que lhe forem transmitidos pelo Contratante, a menos que expressamente autorizada;
 - 6.1.5. Providenciar o ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, ao Contratante ou a terceiros;
 - 6.1.6. Justificar ao Contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a entrega dos produtos, objeto deste Termo de Referência;
 - 6.1.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
 - 6.1.8. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas nas contratações com a Administração;



- 6.1.9. Submeter-se às normas de acesso e circulação permitidas nas dependências da contratante;
- 6.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (em conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93);
- 6.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço (em conformidade com o art. 71 da Lei 8.666/93), cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 6.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.13. Executar fielmente os serviços programados neste projeto, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização/Contratante;
- 6.1.14. Responsabilizar-se pelo fornecimento do material cotado no prazo fixado, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento;
- 6.1.15. Declarar, detalhadamente, a garantia dos produtos cotados, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos;
- 6.1.16. Atender as solicitações da Contratante, no prazo fixado pelo servidor especialmente designado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do objeto, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 6.1.17. Manter durante o período de entrega dos materiais, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.18. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 6.1.19. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Ministério de Minas e Energia ou em parte, decorrente da execução do serviço em que se verifique vício, defeitos ou incorreções, ressarcindo ao Ministério de Minas e Energia de quaisquer prejuízos provocados, inclusive por descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.1.20. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estabelecido pelo servidor especialmente designado, os materiais entregues no MME, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.1.21. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.22. Ressarcir ao Ministério de Minas e Energia, imediatamente, qualquer despesa ou transtorno decorrente de responsabilização solidária, atinente aos serviços contratados, sujeitando-se ainda à multa prevista neste Termo de Referência.



7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, o contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

9.2. A contratada deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento do material, desde que aceito pelo contratante;

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.4. A fiscalização e o acompanhamento da entrega ficarão a cargo de servidor nomeado legalmente pela Coordenação Geral de Compras e Contratos;

9.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços;

9.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

9.9. O contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos, se em desacordo com as disposições contidas neste Termo de Referência;



- 9.10. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para o contratante;
- 9.11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 10.1.6. Não manter a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante, para as quais haja concorrido;
 - 10.2.2. Multa moratória diária de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de atraso na entrega dos materiais, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 10.2.3. Multa moratória diária de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de descumprimento na execução das especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
 - 10.2.4. Multa moratória diária de **1% (um por cento)** sobre o valor do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, em caso de descumprimento do prazo de substituição dos produtos que apresentarem desconformidades/defeitos conforme estabelecido nas obrigações da Contratada, deste Termo de Referência;
 - 10.2.5. Multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Item/Itens da Nota de Empenho/NE, quando o MME tiver de realizar novo procedimento licitatório para suprir a recusa na execução do objeto por parte da empresa vencedora;



- 10.2.6. Multa diária de **5% (cinco por cento)** do valor total da Nota de Empenho/NE, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
- 10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;
- 10.2.8. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 10.2.9. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. O (s) valor (es) da (s) multa (s) poderá (ao) ser descontado (s) do pagamento devido à Contratada ou ser recolhido (s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
- 10.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento;
- 10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



11. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

- 11.1 O prazo de garantia dos equipamentos é de no mínimo 01 (um) ano e no máximo 5 (cinco) anos dependendo do equipamento adquirido, a contar da data da emissão da Nota Fiscal apresentada.

12. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- 12.1. A licitação poderá ser realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação pelo menor preço total, nos termos da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicáveis ao caso, bem como pelas condições previstas neste Termo de Referência.

13. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 13.1. A licitante deverá apresentar sua proposta comercial de acordo com o ANEXO I - A deste Termo de Referência, na qual deverá constar o seguinte:
- 13.1.1. Preços unitários e preço total para a quantidade estimada, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, frete e demais encargos; compreendendo o preço global para o fornecimento dos materiais descritos no Termo de Referência.
 - 13.1.2. Classificação dos bens comuns. O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002 define Bens e Serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.
 - 13.1.3. O presente TR define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado.
 - 13.1.4. As especificações detalhadas do objeto ofertado, inclusive nome completo dos equipamentos e/ou produto, procedência, marca, fabricante, detalhado de forma clara, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados.
 - 13.1.5. O número de telefone, endereço eletrônico e endereço comercial completo, juntamente o nome do representante (preposto) da licitante para o atendimento das possíveis solicitações e notificações do MME.
 - 13.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos.

14. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 14.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art.225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da



Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

- 14.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR**, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente a este Termo de Referência;
- 14.3. Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agridam o meio ambiente;
- 14.4. Preferir fabricantes que detenham a ISO 14001, que é uma norma internacionalmente reconhecida que define o que deve ser feito para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) efetivo;
- 14.5. Preferencialmente, que os equipamentos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (*Hg*), chumbo (*Pb*), cromo hexavalente (*Cr(VI)*), cádmio (*Cd*), bifenil-polibromados (*PBBs*), éteres difenil-polibromados (*PBDEs*);
- 14.6. Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;
- 14.7. Preferir fabricantes de equipamentos que apresentam baixo consumo de energia elétrica, preferencialmente aqueles com o selo Procel e certificados pelo Inmetro;
- 14.8. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- 14.9. Que os equipamentos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 14.10. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;
- 14.11. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03;
- 14.12. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões



elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09](#);

- 14.13. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.
- 14.14. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

15. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- 15.1. O custo total da aquisição do material supracitado, considerando a pesquisa de preços junto a outros órgãos públicos bem como em algumas empresas que encaminharam proposta de preços com seus respectivos custos, está estimado no valor máximo de **R\$ 16.938,12 (Dezesseis mil, novecentos e trinta e oito reais e doze centavos)** conforme tabela abaixo:

PLANILHA DOS VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS					
Item	Especificação do material	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço - Realiza leituras da pressão arterial sistólica (máxima), diastólica (mínima) e de pulso na mesma tela. Com braçadeira ergonômica fácil de vestir e ajustar, de fácil regulagem, que se adapta ao contorno do braço (para braços de 22cm a 32 cm de circunferência) e que tenha indicador de colocação correta de braçadeira. O aparelho deve permitir adaptação de braçadeira para obesos; permitir o controle da inflação ao nível ideal, proporcionando uma medição mais confortável e precisa; armazenamento de resultados das últimas 30 ou 60 medições com data e hora. Possuir detector de batimentos cardíacos irregulares, ou seja, detectar arritmia cardíaca. Possuir detector de movimento corporal. A insuflação e deflação de ar deve ser eficiente e automática. O tamanho do display grande com visor digital, LCD de fácil visualização. Com desligamento automático 1 min após a última operação. Que funcione com pilhas ou que possa ser utilizado com adaptador	UNID.	01	146,96	146,96



	para corrente elétrica. Que tenha indicador de carga de bateria. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.				
02	Braçadeira para obesos para Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço. Deve ser compatível com o aparelho que for ofertado (item 1). Tamanho ideal para braços que tenham de 32cm a 42 cm de circunferência. Uso adulto e obeso.	UNID.	01	122,66	122,66
03	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneróide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon resistente, flexível e antialérgico com fecho de botão em METAL (PINO de METAL). Registra duas medidas de pressão arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). Medida do manguito: 12,0 x 22,5cm; o manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 52,0 x 14,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.	UNID.	04	227,50	910,00
04	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto OBESO - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneróide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon	UNID.	01	221,59	221,59



	resistente, flexível e antialérgico com fecho de VELCRO. Registra duas medidas de pressão arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). O manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 68,0 x 18,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.				
05	Estetoscópio DUPLO - Com estrutura em metal cromado e polido para maior durabilidade e desinfecção. Auscultador de dois lados com diafragmas ajustáveis em ambos os lados, para uso adulto e pediátrico. Diafragma de peça única, com superfície lisa e sem fendas, que permita facilidade ao colocar e limpar. Com tubo biauricular, mais resistente à oleosidade da pele e álcool. Com hastes de aço inoxidável mais maleáveis, que ajuda a complementar a anatomia normal do canal auditivo, projetadas para fornecer um ajuste confortável e um selamento acústico superior. Olivas macias e de selamento suave. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 5 anos.	UNID.	04	500,33	2.001,32
06	Carro para Eletrocardiógrafo ECG com 2 Prateleiras. Carro para ECG com 2 Prateleiras, com suporte de cabos e rodinhas, para facilitar o deslocamento do mesmo. Deve ser fabricado em aço carbono, com pintura branca em epóxi que garante impermeabilização total da superfície, facilitando a limpeza. Que tenha alta resistência e estabilidade, garantindo qualidade e durabilidade.	UNID.	01	490,33	490,33
07	Eletrocardiógrafo 12 Canais – ECG e Monitor Colorido. Eletrocardiógrafo de 12 canais e 12 derivações simultâneas com laudo interpretativo, baseado no avançado código de classificação Minnesota de classificação de arritmias. Aquisição simultânea de 12 derivações e fácil operação. Visualização do monitor em tempo real. Vários formatos de impressão: 1 canal, 3 canais, 6 canais e 12	UNID.	01	10.168,33	10.168,33



	<p>canais. Velocidade de impressão: 12.5mm/s, 25mm/s, 50mm/s. Detecção de cabo desconectado, eletrodo desconectado e marca passo. Que disponibilize as informações: sensibilidade, velocidade, filtro, frequência cardíaca, formato de impressão, derivação de ritmo, ID, data; identificação, nome, idade, sexo, altura, peso, raça do paciente. Medidas básicas, como: frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS, QT/QTc e eixos P-R-T. Com impressora térmica integrada de alta resolução e impressão em papel termo-sensível milimetrado. Autonomia de bateria: aproximadamente 100 impressões de exames no modo automático. Possuir função de cópia para permitir várias impressões de um único paciente, em diferentes configurações. Com operação no modo automático e/ou no modo manual, com impressão imediata das dozes derivações. Deverá possuir taxa de amostragem de no mínimo 500 amostras/segundo. Permitir a visualização das doze derivações de ECG na tela de LCD colorido, em tempo real, antes de imprimir. Com alimentação por Energia Elétrica doméstica e/ou Bateria interna recarregável; com duração da bateria carregada, acima de 3 horas. Deve possuir entrada flutuante, e ser isolado e protegido contra desfibrilação. Possuir cabo com 10 vias, luzes de indicação de energia. Com peso aproximado de 3,5 kg. Deve ser entregue com um Cabo Paciente de 10 Vias; Papel termo sensível compatível com o aparelho; Tubo de gel para ECG; Conjunto de quatro cliques de membros reutilizáveis padrão IEC adulto; Conjunto de seis eletrodos de sucção reutilizáveis precordiais; Cabo de força padrão NBR 14136, rede elétrica automática 110 e 220 volts; manual de Operação em Português; Bateria interna recarregável 12V. Garantia de no mínimo 02 (dois) anos. Possuir registro junto a ANVISA.</p>				
08	Papel Termossensível p/ECG. Compatível com eletrocardiógrafo de 12 canais.	ROLO	20	22,88	457,60
09	Oxímetro de Pulso/Mesa Portátil (SpO2). O Oxímetro de Pulso de Dedo Portátil (SpO2) é um dispositivo inovador com recursos contínuos e não invasivos para detecção da saturação de	UNID.	01	2.419,33	2.419,33



	<p>oxigênio no sangue (SP02) e da frequência cardíaca. Capaz de aferir os valores da SP02 e FC de forma rápida e precisa. Visor de LCD colorido de alta resolução. Atende crianças e adultos. Sistema de anti-interferência a movimentos. Configurações de alarmes e bip de frequência. Alarme de alta e baixa frequência de pulso. Alarme de alta e baixa SpO2. Com tela rotacional, que permite visualização na vertical ou horizontal. Alimentação bivolt automático, bateria interna recarregável com autonomia de 20 horas e carregador integrado ao equipamento, com indicação de bateria fraca. Desligamento automático após 08 segundos sem utilização. Deve ser entregue: 01 Oxímetro; 01 sensor adulto tipo clip; 01 Cordão de pescoço; 01 cabo sensor de Oximetria; 01 cabo de energia; 01 Manual de instruções em português. Com registro na ANVISA. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 01 (um) ano.</p>				
VALOR TOTAL					16.938,12

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas no valor total estimado de **R\$ 16.938,12 (Dezesseis mil, novecentos e trinta e oito reais e doze centavos)** decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários atribuídos ao Ministério de Minas e Energia no Orçamento Geral da União para o exercício de 2017.

17. LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

17.1. **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**
Esplanada dos Ministérios – Bloco “U”
Serviço Médico – 1º andar – Sala 157 – Telefone (s): (61) 2032-5553 / 2032-5153
CEP: 70065-900 – Brasília – DF

18. PRAZO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

18.1. O prazo de entrega dos equipamentos médicos e de enfermagem será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.



19. CONDIÇÕES PARA ENTREGA

- 19.1. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da entrega do material em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência;
- 19.2. Deverá entregar os produtos adquiridos em perfeitas condições de uso, providenciando substituição nos casos de imperfeições, bem como em desacordo com a Nota de Empenho.

20. PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa do fornecimento dos materiais a contar do término da prestação do serviço, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, por meio de Ordem Bancária, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.
- 20.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 20.3. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa/MP nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 20.3.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 20.3.2. Deixou de executar os serviços contratados, ou não os executou com a qualidade mínima exigida;
 - 20.3.3. Deixou de utilizar os materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 20.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 20.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



- 20.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 20.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 20.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
- 20.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (tx) \quad I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão dirimidas pela Coordenação de Licitação e/ou pela Unidade da Área Médica/CGRH, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 4º andar, sala 446, fone (061) 2032-5566 – 2032-5630 – 2032-5554, ou 1º andar, Área Médica, fone (061) 2032-5553, respectivamente, Brasília/DF.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

- 21.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme disposto do art. 65, no § 1º da Lei nº 8.666/93.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da licitante)

À Comissão Permanente de Licitação
Ministério de Minas e Energia - MME
Brasília - DF
Ref: **Pregão Eletrônico N° 00/2017-MME**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para o fornecimento de **equipamentos médicos e de enfermagem** para utilização na Unidade do Serviço Médico do Ministério de Minas e Energia, localizada no Edifício Sede, Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 1º Andar/Ala Norte, em Brasília/DF, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições, quantidades e exigências estabelecidas e constantes no Edital e seus Anexos.

(A proposta deverá ser apresentada de acordo com a planilha e condições abaixo descritas:)

Item	Especificação do material	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço - Realiza leituras da pressão arterial sistólica (máxima), diastólica (mínima) e de pulso na mesma tela. Com braçadeira ergonômica fácil de vestir e ajustar, de fácil regulagem, que se adapta ao contorno do braço (para braços de 22cm a 32 cm de circunferência) e que tenha indicador de colocação correta de braçadeira. O aparelho deve permitir adaptação de braçadeira para obesos; permitir o controle da inflação ao nível ideal, proporcionando uma medição mais confortável e precisa; armazenamento de resultados das últimas 30 ou 60 medições com data e hora. Possuir detector de batimentos cardíacos irregulares, ou seja, detectar arritmia cardíaca. Possuir detector de movimento corporal. A insuflação e deflação de ar deve ser eficiente e automática. O tamanho do display grande com visor digital, LCD de fácil visualização. Com desligamento automático 1 min após a última operação. Que funcione com pilhas ou que possa ser utilizado com adaptador para corrente elétrica. Que tenha indicador de carga de bateria. Com registro no Ministério	UNID.	01		



	da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.				
02	Braçadeira para obesos para Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Braço. Deve ser compatível com o aparelho que for ofertado (item 1). Tamanho ideal para braços que tenham de 32cm a 42 cm de circunferência. Uso adulto e obeso.	UNID.	01		
03	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneroide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon resistente, flexível e antialérgico com fecho de botão em METAL (PINO de METAL). Registra duas medidas de pressão arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). Medida do manguito: 12,0 x 22,5cm; o manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 52,0 x 14,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.	UNID.	04		
04	Aparelho de Pressão Arterial (Esfigmomanômetro) de Adulto OBESO - Indicado para medição da pressão arterial sanguínea. Deve possuir manômetro aneroide (não utiliza líquidos) graduado correspondente a pressão em milímetros de mercúrio, em escala de 0 a 300mmhg. Visor em policarbonato com lente de aumento, mostrador plano e caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência. Com válvula de metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível. Braçadeira confeccionada em nylon resistente, flexível e antialérgico com fecho de VELCRO. Registra duas medidas de pressão	UNID.	01		



	arterial: a mais alta chama-se sistólica (medida quando o coração está bombeando), e a mais baixa chama-se diastólica (medida quando o coração está relaxado). O manguito deve ser de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Braçadeira: 68,0 x 18,0cm. Com registro no Ministério da Saúde. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos.				
05	Estetoscópio DUPLO - Com estrutura em metal cromado e polido para maior durabilidade e desinfecção. Auscultador de dois lados com diafragmas ajustáveis em ambos os lados, para uso adulto e pediátrico. Diafragma de peça única, com superfície lisa e sem fendas, que permita facilidade ao colocar e limpar. Com tubo biauricular, mais resistente à oleosidade da pele e álcool. Com hastes de aço inoxidável mais maleáveis, que ajuda a complementar a anatomia normal do canal auditivo, projetadas para fornecer um ajuste confortável e um selamento acústico superior. Olivas macias e de selamento suave. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 5 anos.	UNID.	04		
06	Carro para Eletrocardiógrafo ECG com 2 Prateleiras. Carro para ECG com 2 Prateleiras, com suporte de cabos e rodinhas, para facilitar o deslocamento do mesmo. Deve ser fabricado em aço carbono, com pintura branca em epóxi que garante impermeabilização total da superfície, facilitando a limpeza. Que tenha alta resistência e estabilidade, garantindo qualidade e durabilidade.	UNID.	01		
07	Eletrocardiógrafo 12 Canais – ECG e Monitor Colorido. Eletrocardiógrafo de 12 canais e 12 derivações simultâneas com laudo interpretativo, baseado no avançado código de classificação Minnesota de classificação de arritmias. Aquisição simultânea de 12 derivações e fácil operação. Visualização do monitor em tempo real. Vários formatos de impressão: 1 canal, 3 canais, 6 canais e 12 canais. Velocidade de impressão: 12.5mm/s, 25mm/s, 50mm/s. Detecção de cabo	UNID.	01		



	<p>desconectado, eletrodo desconectado e marca passo. Que disponibilize as informações: sensibilidade, velocidade, filtro, frequência cardíaca, formato de impressão, derivação de ritmo, ID, data; identificação, nome, idade, sexo, altura, peso, raça do paciente. Medidas básicas, como: frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS, QT/QTc e eixos P-R-T. Com impressora térmica integrada de alta resolução e impressão em papel termo-sensível milimetrado. Autonomia de bateria: aproximadamente 100 impressões de exames no modo automático. Possuir função de cópia para permitir várias impressões de um único paciente, em diferentes configurações. Com operação no modo automático e/ou no modo manual, com impressão imediata das dozes derivações. Deverá possuir taxa de amostragem de no mínimo 500 amostras/segundo. Permitir a visualização das doze derivações de ECG na tela de LCD colorido, em tempo real, antes de imprimir. Com alimentação por Energia Elétrica doméstica e/ou Bateria interna recarregável; com duração da bateria carregada, acima de 3 horas. Deve possuir entrada flutuante, e ser isolado e protegido contra desfibrilação. Possuir cabo com 10 vias, luzes de indicação de energia. Com peso aproximado de 3,5 kg. Deve ser entregue com um Cabo Paciente de 10 Vias; Papel termo sensível compatível com o aparelho; Tubo de gel para ECG; Conjunto de quatro cliques de membros reutilizáveis padrão IEC adulto; Conjunto de seis eletrodos de sucção reutilizáveis precordiais; Cabo de força padrão NBR 14136, rede elétrica automática 110 e 220 volts; manual de Operação em Português; Bateria interna recarregável 12V. Garantia de no mínimo 02 (dois) anos. Possuir registro junto a ANVISA.</p>				
08	Papel Termossensível p/ECG. Compatível com eletrocardiógrafo de 12 canais.	ROLO	20		
09	Oxímetro de Pulso/Mesa Portátil (SpO2). O Oxímetro de Pulso de Dedo Portátil (SpO2) é um dispositivo inovador com recursos contínuos e não invasivos para detecção da saturação de oxigênio no sangue (SP02) e da frequência	UNID.	01		



	cardíaca. Capaz de aferir os valores da SP02 e FC de forma rápida e precisa. Visor de LCD colorido de alta resolução. Atende crianças e adultos. Sistema de anti-interferência a movimentos. Configurações de alarmes e bip de frequência. Alarme de alta e baixa frequência de pulso. Alarme de alta e baixa SpO2. Com tela rotacional, que permite visualização na vertical ou horizontal. Alimentação bivolt automático, bateria interna recarregável com autonomia de 20 horas e carregador integrado ao equipamento, com indicação de bateria fraca. Desligamento automático após 08 segundos sem utilização. Deve ser entregue: 01 Oxímetro; 01 sensor adulto tipo clip; 01 Cordão de pescoço; 01 cabo sensor de Oximetria; 01 cabo de energia; 01 Manual de instruções em português. Com registro na ANVISA. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Garantia de 01 (um) ano.				
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					

(*) VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do seu envio ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento dos materiais, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a retirar a Nota de Empenho no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel: _____

e-mail: _____

CEP: _____



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa :

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident n°: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente
Nome(s), endereço, e-mail e telefone para contato.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

_____ (Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da
lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº _____
e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega **menor** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio
de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de
identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA que não possui, em sua
cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado**, observado o
disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)



DECLARAÇÃO

ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da licitante)** doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº 00/2017**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **(identificação da licitação)** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de 2017.

(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)



DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2017-MME
Processo nº 48340.005991/2017-49**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal, com identificação completa